



QUEM É RESPONSÁVEL PELA CARESTIA DE VIDA?

COMUNICADO

1

1/OUT/79



1. Ainda não tivera tempo para aquecer o ninho, e já o governo Pintassilgo metia mãos à execução daquela tarefa que, por força do hábito, se foi transformando, desde os tempos do regime salazar-mercelista, passando por Vasco Gonçalves até à actualidade, no mais meritório e cívico acto de "salvação nacional": aumentar os preços. Assim, no passado dia 7 de Setembro, os portugueses tiveram conhecimento do novo aumento da gasolina da ordem dos 25%, tendo simultaneamente o gás, o gasóleo e o petróleo sofrido agravamentos consideráveis, enquanto se anunciavam para breve subidas nos preços dos telefones (33% na instalação e aluguer) e da água (25%), e se ficava também a saber que escrever para um familiar ou amigo vai custar mais 30%, que a electricidade vai aumentar 25%, que os transportes custarão mais 25% e que os cimentos e os adubos também verão os seus preços "actualizados". E, porque o desejo de alargar os cintos dos burgueses é insaciável, os ministros não se inibiram de afirmar que dentro de dois ou três meses novos aumentos sobrevirão.

O PCTP repudia firmemente esta política de lançar sobre as costas dos trabalhadores e do povo os mais pesados sacrifícios e vexames com vista a salvar um sistema económico, social e político reaccionário e caduco que impede o progresso e leva ao extremo a exploração do homem pelo homem. O PCTP apela a que o povo se organize para lutar contra esta situação de agravamento acelerado da carestia de vida, nomeadamente através da sua intervenção activa e esclarecida no próximo acto eleitoral.

2. Dizer-se que estes aumentos são um simples resultado da "herança Mota Pinto" é uma pura fraude destinada a iludir a consciência do povo. Mota Pinto aumentou os preços invocando a "pesada herança soarista"; Mário Soares agravou-os culpando a "herança gonçalvista"; tal como Vasco Gonçalves o fez recordando a "herança fascista". E já no seu tempo Marcelo Caetano assacava as culpas à "herança salazarista", do mesmo modo que antes dele Salazar justificou tudo o que fez como consequência da "herança da I República". Ao contrário, nós dizemos que os recentes aumentos são provocados pela acumulação de todas essas negras e fatídicas heranças que resultam do sistema capitalista de exploração do homem pelo homem.

São também ridículas as falsas justificações segundo as quais os aumentos seriam determinados pela necessidade de fazer face ao crescente saldo negativo do Fundo de Abastecimento, o qual serve para financiar os subsídios aos preços dos produtos que integram o impropriamente chamado "Cabaz de Compras". Desde logo, a conclusão que dessa justificação se extrai, é a de que a burguesia nada dá com uma mão que não retire com a outra: subsidia os preços de alguns produtos, mas ao mesmo tempo aumenta os impostos e agrava outros preços, de tal modo que acaba sempre por tirar mais do que aquilo que "dá".

3. A carestia de vida agrava dia a dia a miséria do povo. Mas será verdade que, segundo nos dizem, todos estamos a fazer sacrifícios e a apertar o cinto? Nem todos.

Ao mesmo tempo que os salários reais sofriam nova redução, os lucros das empresas capitalistas no seu conjunto aumentavam em 1978 cerca de 44% em relação a 1977 - isto segundo os dados oficiais. Dentro das empresas capitalistas, foi aos bancos que coube maior quinhão. A título de exemplo, veja-se o que se passou com dois dos maiores bancos portugueses - o Banco Pinto & Sotto Mayor e o Banco Português do Atlântico. O primeiro, que realizou em 1977 o bonito lucro de 90747 contos, viu os seus resultados aumentarem em 1978 para 210191 contos; no caso do segundo, os lucros passaram no mesmo período de 109969 para 238663 contos. Isto é, os lucros passaram para mais do dobro!

E que se tem passado com os salários? Desde 1975, os salários reais foram reduzidos por via dos aumentos dos preços em 29% na indústria e transportes do Porto e em 20% para os salários rurais masculinos e femininos. E em Lisboa, onde a queda começou ainda em 1974, o salário real diminuiu 25% desde esse ano.

No conjunto, isto significa que os salários reais só nos últimos quatro anos sofreram cortes drásticos no seu valor que vão desde $\frac{1}{5}$ para os trabalhadores rurais até quase $\frac{1}{3}$ no caso do Porto.

Nos romances policiais, os detectives sagazes procuram encontrar o criminoso buscando identificar a pessoa ou pessoas que presumivelmente lucraram com o crime. É óbvio que, se adoptarmos o mesmo método de raciocínio, logo concluiremos que, neste caso, os criminosos responsáveis pela carestia de vida são os bancos e outras grandes empresas monopolistas, privadas e do Estado, nacionais e estrangeiras, que no nosso país empunham a batuta da exploração de mais de 95% da população portuguesa.

4. A quem exigir responsabilidades? Evidentemente que aos partidos parlamentares, os quais, partilhando entre si o poder político, mais não têm feito do que dar cobertura activa aos interesses do grande capital e do imperialismo.

O PS e o P"C"P - desejosos de caírem nas boas graças da nova passadada e de virem a obter alguma sinecura no aparelho de estado, particularmente na informação - pretendem atribuir à "herança

PCTP - A ESQUERDA NA ASSEMBLEIA E NO PAÍS

ABM

Mota Pinto" a causa de agora aumentarem tanto os preços. Dizem eles que o executivo Pintassilgo se vê obrigado a aumentar os preços porque Mota Pinto não os elevou na devida altura. Esta estranha maneira de raciocinar, que não cabe na cabeça de um polícia da Régua, só vem afinal provar que, quando PS e P" C" P criticavam os aumentos de preços decretados pelo Governo de Mota Pinto, era apenas porque achavam que *ainda deveriam aumentar mais!* Eram eles contra a política de Mota Pinto? De facto não, pois que a apoiam abertamente quando aplicada pela senhora Pintassilgo. Apoiam as medidas anti-populares quando no governo estão os seus amigos, rabujam quando lá estão os seus rivais. Tais são as "profundas" divergências que separam os actuais partidos parlamentares.

Com o PSD e o CDS passa-se *mutatis mutandis*, a mesma coisa. Que indignado coro de protestos eles não ergueram ainda há dias a propósito dos recentes aumentos! E, no entanto, com que não menos barulhenta aprovação eles saudaram há escassos meses a política em tudo semelhante (para pior) prosseguida por Mota Pinto, a pretexto de que era necessário pôr em prática uma "política de verdade"! O sr. Freitas do Amaral é, nesta matéria, a própria encarnação da hipocrisia jesuítica. Sempre muito preocupado com os problemas das donas de casa, é vê-lo na Assembleia da República chorar lágrimas de crocodilo e bramir contra a carestia de vida. Mas, assim que a situação se propiciou, foi a correr ao Governo fazer uma perninha para ajudar o PS a assinar o acordo com o FMI, acordo que só por si constituiu o principal factor do aumento de preços no último ano e meio.

Mas não foi só dentro do Governo e da Assembleia que os partidos parlamentares encobriram e apadrinharam a política de agravamento da miséria do povo.

Vejamos um exemplo. Quando em 1978, o governo PS/CDS decretou que os aumentos salariais não poderiam exceder 20% ao ano, o P" C" P e a UDP declararam solenemente oporem-se a tal medida. Simplesmente podemos verificar, agora que dispomos das estatísticas oficiais para 1978, que os aumentos negociados através dos contratos e acordos colectivos de trabalho não ultrapassaram, em média, os 14%. Significa isso que as direcções sindicais traidoras afectas à Intersindical (a quem coube a responsabilidade da condução da esmagadora maioria das negociações) reivindicaram e aceitaram sempre aumentos salariais inferiores a 20%. O tecto salarial imposto pelo Governo era de 20%; o tecto salarial imposto pela Intersindical foi de 14%! Por aqui se pode concluir da magnitude das "divergências" que opõem o P" C" P e a UDP à política dos governos vendidos ao grande capital.

5. As árvores conhecem-se pelos frutos que dão. Os frutos da política seguida pelos partidos que conseguiram instalar-se no parlamento à custa das suas falsas promessas estão bem à vista.

Que fazer? A atitude madura dos trabalhadores conscientes deve consistir em formular as suas próprias reivindicações, confrontando em seguida os partidos com essas exigências. Em nosso entender, são as seguintes as medidas mínimas que as massas populares e os seus candidatos – os candidatos do PCTP/MRPP – devem reivindicar e lutar por impôr a fim de pôr termo à carestia de vida e à degradação dos salários reais:

1. Consolidação das nacionalizações e seu alargamento, particularmente no que respeita às empresas de capital estrangeiro, e controlo de toda a produção pelos trabalhadores.
2. Abolição do sigilo comercial e contabilístico das empresas por forma a que os trabalhadores possam detectar as manobras fraudulentas através das quais os lucros são camuflados e controlar a sua aplicação.
3. Aumento geral de salários e revogação dos tectos salariais.
4. Congelamento imediato dos preços de todos os bens e serviços de primeira necessidade.
5. Realização de uma verdadeira reforma agrária que, através da eliminação das classes parasitárias que sugam o sangue dos camponeses, permita aumentar a produção dos bens agrícolas e reduzir o seu preço de custo.
6. Combate ao açambarcamento e especulação, instituindo pesadas penas contra os prevaricadores e castigando exemplarmente os funcionários corruptos que os encobrem.
7. Organização das massas trabalhadoras com vista ao controlo dos circuitos de distribuição e consumo, única forma de pôr termo à actividade parasitária dos grandes intermediários.

Os partidos burgueses representados na anterior Assembleia revelaram já não concordarem com esta política nem estarem dispostos a aplicá-la. Isso prova ser absolutamente necessário que uma outra voz se faça ouvir na próxima Assembleia – a voz da verdadeira esquerda que, obrigando, por um lado, os partidos traidores a definirem-se claramente contra estas medidas, utilizando, por outro lado, essa tribuna para mobilizar as massas com vista à imposição das suas reivindicações, é susceptível de orientar e dirigir o povo rumo à edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados. A experiência passada demonstrou também que é o PCTP o único partido susceptível de representar as aspirações de toda a verdadeira esquerda, pois foi o único que nunca vergou ante a intimidação e a mentira, nunca abandonou os princípios e nunca traíu o povo a troco de quaisquer privilégios, sinecuras ou popularidade fácil.

Os milhões de explorados do nosso país, que constituem afinal a verdadeira esquerda, têm de fazer ouvir a sua voz no parlamento! A esquerda tem de estar representada na próxima Assembleia! Os candidatos do PCTP/MRPP serão os seus tribunos!

A CANDIDATURA DO PCTP/MRPP

Perigo

Vol. IV

XV
XII

XVII
XVIII

60010
2.
1480. Bcu 1

ABM